

RESENHA

Maria Luiza HEILBORN. (2004) *Dois é Par – Gênero e Identidade Sexual em Contexto Igualitário*. Rio de Janeiro, Garamond.

Larissa Pelúcio¹

Da simetria (im) possível dos pares à invisibilidade presumível dos “impares”

O que faz um casal, casal? Por que pessoas que valorizam a liberdade, a privacidade e a individualidade insistem na conjugalidade, ainda que tenham tido experiências frustradas? Como uma relação tão cheia de limitações a valores caros às camadas médias intelectualizadas, se coloca como desejável e, mesmo, inexorável, sem que suscite uma problematização de fundo? São questões que não encontram respostas diretas no trabalho que nos apresenta Maria Luiza Heilborn, em *Dois é Par – Gênero e Identidade Sexual em Contexto Igualitário* (2004), mas que trazem nos muitos depoimentos recolhidos pela pesquisadora, elementos que propiciam análises instigantes sobre um fenômeno “geral e banalizado”, ainda que “crítico e elusivo”: “a convivência conjugal de personagens múltiplos das camadas médias cariocas no começo dos anos 1990”² (p. 07), como escreve Luiz Fernando Duarte ao prefaciar a obra.

Dois é Par é a versão em livro da tese de doutorado de Heilborn, defendida em 1992, no Museu Nacional (RJ), e inexplicavelmente inédita por longo período. Ao contrário do que se poderia supor sobre uma pesquisa que busca analisar relacionamentos e comportamentos, não se trata de uma obra datada. Após mais de uma década desde a apresentação do texto original, a etnografia ainda é atual e tem muito a

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela UFSCar

² A autora realizou 26 entrevistas: seis homens heterossexuais, sete gays, sete mulheres heterossexuais e seis homossexuais. Deste conjunto, em três casais ambos os cônjuges foram entrevistados; e do total de depoimentos colhidos cinco provêm de entrevistas realizadas no início da década de 1980, recolhidos para outro trabalho da pesquisadora.

contribuir para estudos que lidam com questões como conjugalidade, gênero e identidade sexual.

O ponto de partida da pesquisa é investigar a indistinção entre os gêneros e identidades sexuais entre esses casais modernos, isto é, aquele ordenado pelo princípio da igualdade entre os gêneros e a mutualidade entre os cônjuges, o que abarca a distribuição de tarefas domésticas, cuidados com a possível prole (que, aliás, muitos casais não desejam), à paridade em relação aos ganhos financeiros, bem como a liberdade de gerir pública e domesticamente um espaço próprio de individualidade que o parceiro ou parceira deve observar, guardando distância. Em suma, o par deve respeitar aquilo que é ímpar no outro.

Heilborn elege como núcleo de análise a comparação entre três tipos de díades: heterossexual, homossexual masculino e homossexual feminino. Visa pela comparação verificar a existência de um padrão de conjugalidade que oriente os diferentes arranjos investigados. Para saber o que faz um casal, casal, ela vai a campo em busca das “fronteiras simbólicas do casal igualitário, o que caracteriza sua dinâmica interna”. Examina “os roteiros de formação dos casais, a natureza da rotina, a configuração de conflitos, os rituais de confirmação da unidade conjugal” (p. 12).

O livro se inicia com a apresentação rigorosa do problema de pesquisa, método e recursos teóricos que serão acionados. Heilborn nos apresenta os autores e autoras com os quais dialoga mais diretamente, bem como todas as escolas nas quais busca fundamentos para as discussões que se propõe (interacionismo simbólico, fenomenologia e análises sobre o individualismo empreendidas por Dumont, além da literatura sobre sexualidade e homossexualidade produzida no Brasil). Em seguida, dedica subtítulos à definição de conceitos que lhe servirão de ferramentas teóricas, esmerando-se numa revisão bibliográfica bastante didática, o que torna o livro uma publicação preciosa para o uso em sala de aula. Além desse mérito, *Dois é Par* oferece uma densa discussão sobre a pessoa moderna, circunscrevendo o debate de forma exemplar dentro da proposta temática da conjugalidade. O que reforça o seu valor como material de consulta e estudo.

Apesar da construção necessária desse meticuloso edifício teórico-metodológico, fica a impressão de que a linguagem, marcada pelo formalismo acadêmico, serve a outro propósito que não só o do rigor científico, mas também para legitimar no meio acadêmico o tema

escolhido pela autora. Essa preocupação de legitimação (se é que de fato houve) tende a tirar a cor e o calor das falas que a autora tem em mãos. A pesquisa trata de sexualidade, sexo, amor, paixão, intimidade, brigas, uniões e desuniões de modo acético, acinzentando um universo prismático e perdendo assim a oportunidade de fazer um texto mais saboroso, ainda que científico.

A conjugalidade, segundo a pesquisadora, não emerge de um fato jurídico, mas “sim, o que expressa uma relação social que condensa um ‘estilo de vida’, fundado numa dependência mútua e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico, considerando-se que a coabitação não é regra necessária” (p. 11). A conjugalidade, em seus múltiplos arranjos, é vista pelos entrevistados como um contrato, e como tal, permeado de obrigações, muitas delas conflitantes com os valores da autonomia e liberdade, conformadores da pessoa moderna.

“*Casar is my way*”, sentencia um infomante gay, assertiva que é analisada pela pesquisadora como uma afirmação da conjugalidade enquanto forma de gerir a sexualidade. O estar junto revela sua dimensão conservadora quando evidencia a necessidade dos entrevistados em acionar via casamento elementos controladores das relações afetivas e sexuais. Mesmo movidos por uma moral liberal “que se exprime por meio de um *ethos* intelectual e psicanalizado” (p. 12), os indivíduos que compõem o perfil etnográfico da pesquisa se mostram afeitos ao amor romântico e a vinculação quase que necessária entre sexo e amor. O que revela o potencial conservador da conjugalidade mesmo em um contexto igualitário onde, em tese, se busca problematizar justamente esse conservadorismo.

Como a amostra de Heilborn aponta, nas camadas médias intelectualizadas, os casamentos não são “para sempre”, mas a conjugalidade o é. Assim, ela parece um caminho natural que sinaliza para uma espécie de “sucesso na vida” e até mesmo para a saúde mental da pessoa que se mantém em par. Esse aspecto da formação de uma díade como algo desejado e desejável, salta do texto. Por que a necessidade imperativa de se constituir parecerias amorosas tão marcadas por regras e limitações? É curioso que seus interlocutores não tenham eles mesmos se colocado essa questão, uma vez que seus nativos (a autora não usa aspas para referir a eles) são pessoas habituadas a fazerem leituras sócio-psicológicas de suas relações, teorizando a respeito do

casamento como instituição, sobre os arranjos conjugais possíveis, assim como o comportamento de cada parceiro, entre outros aspectos da conjugalidade. Os questionamentos em torno desse ponto não vão ao âmago da questão, isto é, a não legitimidade daqueles que escolhem não viver em par. Assim, as interrogações se circunscrevem a aspectos epidérmicos das relações, e nunca à questão de fundo: a vida adulta é possível fora da conjugalidade?

O não questionamento da inexorabilidade da conjugalidade por parte dos entrevistados é um ponto no mínimo curioso, uma vez que as histórias de vida colhidas pela pesquisadora estão pautadas por um individualismo libertário, mas que acabaram circunscritas em relações de contornos mais “tradicionalistas”. O que parece apontar para um refluxo conservador, evidenciado ao longo do livro, mas que a autora não investiga de forma radical, ainda que tenha partido justamente desse ponto quando motivada a desenvolver o estudo ao qual se dedicou. Heilborn preocupou-se de início com a transformação nas relações conjugais/parecerias sexuais, supostamente provocada pelo surgimento da AIDS, entre a geração do “desbunde” (informada por uma moralidade específica que marcou um determinado segmento das camadas médias brasileiras).

O abandono dessa preocupação original se deve, acredito, aos rumos que sua pesquisa foi tomando, uma vez que os dados etnográficos parecem apontar que a AIDS, enquanto vetor de transformações comportamentais de moldes mais conservadores, só se colocou de fato como elemento de peso para casais gays.

Ainda que os dados tenham levado a pesquisadora a se colocar outras questões, pode-se perceber ao longo da leitura que houve mudanças na forma dos grupos entrevistados se posicionarem frente à conjugalidade. Heilborn registra que “os arroubos libertários” e o discurso de tom marginal/*underground* sobre conjugalidade presentes nos anos de 1980, já não ecoavam na década seguinte. O que leva os entrevistados de Heilborn a esse refluxo conservador não está evidenciado no livro. Se a AIDS está encoberta nas falas dos entrevistados como algo indizível, a autora não explora esse veio silencioso.

Depois de percorrer teorias e analisar seus dados, a autora conclui que a hierarquia se mantém nas relações conjugais modernas/simétricas, porque a ela se impõe um valor englobante: as

representações simbólicas sobre o gênero, sobretudo o masculino, que apesar de nuançada pelos valores da simetria, ainda está fortemente afinada com as representações de outros segmentos sociais menos intelectualizados.

Heilborn não se furta dessa discussão, pontuando que mesmo dentro do princípio de igualdade, como premissa básica do individualismo igualitário, as fronteiras de gênero não são totalmente borradas. O casal não é uma mônada, ainda que se pense como tal, e trabalhe muitas vezes no sentido de fazer um “exorcismo do social”. Os nativos admitem que marcas do social incidem no seu universo simbólico particular (visto como precedente ao social).

Voltando-se para as parselhas homocorporais, nas quais a distinção de gênero parece não fazer sentido, a pesquisa revela a manutenção do desprestígio de feminino, mesmo entre os “modernos”. Por exemplo, entre homens homorientados, o afastamento das marcas do feminino, sintetizado na figura da “bicha”, é recorrente. Ainda que haja uma feminilização das relações, isto é, a entrada do homem em esferas tidas como femininas (trabalhos domésticos, maior demonstração dos afetos), não se associar ao feminino ainda é um valor caro. Já nos pares lésbicos o que se observa é a naturalização de determinadas funções como próprias do universo feminino tais como cuidados com a casa e com a própria relação, bem como uma valorização do “companheirismo” em detrimento ao sexo. Sobrepõem-se assim, a afetividade à racionalidade, correspondendo esta última, numa perspectiva hierárquica, ao universo masculino.

As conclusões da pesquisadora nos mostram que mesmo para a pessoa moderna o que prevalece é o arranjo da afetividade em par. Independente da orientação sexual, se busca na conjugalidade menos um complemento, do que uma gestão específica da afetividade e da sexualidade. Se dois é inexoravelmente par, qual lugar caberá aos “ímpares” nesses tempos neo-conservadores?